



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 03/17-21 **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **2018/01/26**

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, no Edifício dos do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H15M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD, Presidentes de Junta e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Ana Patricia Verde Moreira.
- Narciso Correia, eleito pelo Partido Social Democrata, que foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018;
- b) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;



Handwritten signatures in blue ink, including a star-like mark, a large 'D', and a stylized signature.

Assembleia Municipal de Caminha

- c) – Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Atividade Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros, em nome de Joaquim Jorge Castanheiros Pinto.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

2.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de janeiro de dois mil e dezoito, relativa às “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018”.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e deu início à sua intervenção, e leu:



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AD' and a signature below it.

Assembleia Municipal de Caminha

“O documento- GOP e Orçamento para 2018 - que vem a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Caminha, vem demonstrar que o caminho percorrido nestes últimos quatro anos, de descontrolo da despesa e de perda de receita, tinha de parar.

E parou.

Na análise das rúbricas de gastos fundamentais vemos que há cortes impensáveis, nomeadamente nas transferências para as freguesias, que reduz de 274,315 euros para 184,500 euros, na atividade desportiva e de lazer que reduz de 333,000 euros para 130,000 euros, na limpeza e higiene, que reduz de 95,000 euros para 50,000 euros, na educação reduz de 250,000 euros para 195,000 euros, tal como as atividades socioculturais, que reduz de 915,000 euros para 650,000 euros e regressam aos níveis de anos anteriores.!

Estes são alguns dos exemplos de como os últimos 4 anos foram de um descontrolo absoluto, obrigando o executivo a gastar o dinheiro dos seus munícipes.

A situação financeira tem vindo a agravar-se, fruto de orçamentos fantasiosos, de tal forma que em finais de 2017 o executivo teve de dar a conhecer que desde janeiro de 2016 até finais de 2017 nunca pagou uma fatura de água e saneamento, mas os munícipes pagaram.

Resultado.... Onera os cofres do município com cerca de 500 mil euros de juros resultantes de um acordo de pagamento em 60 prestações mensais no valor de cerca de 100 mil euros.

Estamos a falar de cerca de 500 mil euros a mais por terem gasto o dinheiro dos munícipes. Esta prestação mensal de cerca de 100,000 mil euros, vai criar enormes dificuldades de tesouraria, direi até incomportáveis.

Este plano e orçamento de 2018, também é afetado ou sobrecarregado com o primeiro acordo de 2015, onde também o executivo deixou de pagar a água desde março de 2014 até setembro de 2015 e com isso criou uma dívida de cerca de 2,6 milhões, dívida que foi onerada com cerca de 400 mil euros de



Assembleia Municipal de Caminha

juros resultando um acordo de pagamento a 5 anos, com prestações mensais de cerca de 50 mil euros!

Não tenhamos ilusões, os planos de atividade e orçamento não são elásticos, ou se prevê rigorosamente a receita face à despesa e encargos orçamentais resultantes de obras não pagas no ano e acordos de pagamento ou teremos desagradáveis surpresas nos resultados de exploração!

E foi o que aconteceu, ainda que apresentados como se fosse tudo fácil a partir de 2014, mas ilusão dos planos fantasiosos, apresentados como rigorosos e realistas, deu no que deu, prejuízos de milhões, em 2014, 2015, 2016 e 2017.... a var vamos!

Sempre alertamos o executivo para não seguir por caminhos fáceis, mas pensar nos dados das informações financeiras que revelaram aumento da dívida em compromissos assumidos e não pagos na ordem de 300 mil euros mês, ma o executivo teimava e teima enveredar por estes caminhos empurrando para a frente com os compromissos, e agora vê-se confrontado, neste plano, com parte das verbas que nas prestações mensais refletem os cerca de 1,000 milhão de euros de juros dos dois acordos de pagamento à empresa das águas.

Estamos a falar de um milhão de euros em 5 anos que dá cerca de 200 mil euros ano, de juros incluídos nas prestações mensais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a bancada do PSD alertou para os riscos dos planos de atividades e orçamentos anteriores, com clareza, mas a maioria apoiou o caminho escolhido pelo executivo, e quando se poderia pensar que neste segundo mandato teríamos um orçamento credível, temos um documento que não respeita as regras orçamentais, que não inclui todos os compromissos conhecidos tal como as duas prestações dos acordos da água e das faturas mensais, pois estas verbas ($50.000 \times 12 + 100.000 \times 12 + \text{água e saneamento } 2018 = 1.800.000$ euros) dão cerca de 3,6 milhões de encargos para 2018 e o orçamento só tem 1,200 euros para água e 955,000 euros para



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AD' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

saneamento, ou seja, cerca de 2,155,000 euros para cerca de 3,6 milhões de encargos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, perante um documento orçamental erradamente elaborado, que não encaixa a despesa com compromissos assumidos, a bancada do PSD, não o votará favoravelmente, resta-nos o voto contra.

Disse.”

O Senhor António Brás, Presidente da Junta de Âncora, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte:

“Ao intervir neste plenário pela primeira vez no presente mandato quero enaltecer o trabalho de todos os intervenientes que contribuíram para o desenrolar do processo eleitoral e pela forma democrática como decorreu.

Quero ainda felicitar o D. Miguel Alves pela esmagadora vitória eleitoral do partido socialista no nosso concelho.

Mas sobretudo felicita-lo Sr. Presidente, pelos resultados obtidos na minha Freguesia, quer pela Assembleia Municipal, quer pela Câmara, o que constitui um facto relevante ao admitir que os Ancorenses souberam diferenciar, souberam reconhecer o trabalho conjunto realizado, dedicando o seu voto para estabelecer um feito inédito que ficará para os vindouros.

Isto porque, pela primeira vez desde o 25 de abril o partido socialista venceu nas três frentes Assembleia Municipal, Câmara e Junta.

Como valor acrescido satisfaz-me dizer que os Ancorenses decidiram atribuir esse galardão aos candidatos do partido socialista, livremente e em uso de plena consciência, sem abordagens repetitivas ou pressões extemporâneas, mas sim pela obra, pelo diálogo e pela forma séria e responsável com que tem sido tratados.



Handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'A' and a smaller signature below it.

Assembleia Municipal de Caminha

Reportando me ao assunto que aqui me trouxe, o orçamento para 2018, gostaria de vislumbrar verbas e projetos que relançassem Âncora para patamares de equilíbrio e desenvolvimento.

Que pudesse fazer regredir os efeitos de décadas de desinvestimento que culminaram num atraso visível relativamente ao concelho.

No entanto, são por demais evidentes as dificuldades financeiras do município, logo, a todos compete assumir esforços que visem a recuperação económica.

A Junta de Freguesia de Âncora sempre exigiu a solidariedade do concelho no que se relaciona com as suas ambições de investimento no progresso, está ao lado do executivo camarário, porque também a própria Junta sabe o que representa prestar serviço público sem financiamentos adequados e justos.

Não obstante, este orçamento traz-nos algo que consiste numa inquestionável mais-valia. O adiantamento integral das verbas inerentes às despesas correntes.

Já é um princípio que gera motivação, é um gesto que transmite confiança, que ajudará a promover dinâmicas que irão refletir-se e minimizar a ausência de aumento de verbas.

Bem haja senhor presidente, pois esta decisão permitirá desenvolver algumas obrigações de serviço público com mais celeridade beneficiando diretamente as populações.

Estou convicto que um qualquer orçamento, não representa somente a disponibilidade financeira de quem o promove, mas sim e simultaneamente deve conter princípios de boa vontade que se harmonizem no sentido de desenvolver mecanismos que reduzam os efeitos da ausência de meios financeiros.

Esta previsão de adiantamento das verbas de despesas correntes, é um exemplo cabal disso mesmo.

Mas também poderia acrescentar no que respeita a Âncora, que uma vez acionados os mecanismos sobre o potencial do Forte do Cão, da Cidade Âncora / Afife, da Mata da Gelfa, da Ponte Eiffel, da UOPG da Areia, das



Assembleia Municipal de Caminha

gravuras rupestres, entre outros, estaremos a reduzir verbas e a cativar investimento.

Julgo que todos estes ensejos que elenco não estão diretamente dependentes do plano financeiro do município,

Antes, de um sistema burocrático que urge desmontar com o propósito de gerar dinâmicas económicas e financeiras certamente com reflexos positivos para Âncora e para o concelho de Caminha em geral.

Com o devido respeito Sr. Presidente Miguel Alves, reconheço-lhe a competência, uma natural e singular apetência para desbravar caminhos e nomeadamente os trilhos mais sinuosos.

A Freguesia de Âncora e eu próprio continuamos a acreditar na perseverança do executivo para prosseguir as diligências sobre estas matérias, que logicamente reduzir os efeitos menos bons deste orçamento.

Por mais megalómano que pareça este conjunto de caminhos e trilhos, deve representar para nós um desígnio, que compensará no futuro com resultados.

Disse”.

A **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e apesar de já estarmos quase em fevereiro a todos desejo um bom ano, e deu início à sua intervenção:

“É bom ouvir e ler boas notícias, correto? Pelo que foi bom ouvir e ler que o desemprego no nosso país e em especial no nosso concelho diminuiu. Pena é que esta notícia não é de toda verdade.

As estatísticas são importantes, mas mais importante ainda é fazer uma boa interpretação dessas, e para isso é necessário muitas vezes ir ao cerne da questão e justificar os valores obtidos. Porque meus caros, não é por o número de inscritos no IEFP diminuir, que podemos logo afirmar que o desemprego



AD
Z

Assembleia Municipal de Caminha

diminuiu, sem antes questionarmos o porquê deste número de inscritos ter reduzido.

Pois bem, um dos motivos deste número ter diminuído deve-se a todas as pessoas que estavam inscritas no IEFP há mais de 3 anos terem as suas inscrições eliminadas do sistema, e caso queiram novamente estar novamente inscritas terão de fazer nova inscrição. Mas isto não significa que estão empregadas, pois não?

Outra razão desta diminuição é o fato de todas aquelas pessoas que viram findas as suas prestações de desemprego saírem automaticamente do sistema do IEFP, mas infelizmente a maioria delas não arranjam trabalho quando isto aconteceu.

E a prova disso é o aumento que houve do número de pessoas a usufruir do Rendimento Social de Inserção no mês de dezembro. Foram mais 4 140 pessoas a quem foi atribuído este rendimento, fazendo deste o valor mais alto de todo ano 2017 assim como do mês homólogo de 2016. Atualmente temos 220 458 pessoas a beneficiar deste subsídio.

E agora pergunto, com estes valores não se torna difícil de acreditar que o número de desempregados no nosso país baixou?

Claro está que temos aqueles que realmente deixaram de ser desempregados e passaram a pertencer à classe trabalhadora, pena é, que desses poucos que estão atualmente empregados a maioria não trabalha no nosso concelho, pois para isso era necessário que tivessem sido criados postos de trabalhos suficientes para os empregar e bem sabemos que isto não é verdade, visto que a maioria ou trabalha nos concelhos próximos, como Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo, ou então tiveram mesmo de abandonar o seu país à procura de um trabalho.

Precisamos urgentemente de inverter isto, mas não é a classificar o turismo como a maior indústria do concelho que vamos lá chegar, porque desculpem que vos diga, mas nós temos capacidade para mais e melhor.



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'P' and a second signature below it.

Assembleia Municipal de Caminha

O turismo tem aumentado no nosso concelho, não porque é a nossa maior indústria, mas por consequência de Portugal estar na moda como destino de férias. No entanto ainda bem que assim o é, e aí concordamos em pleno que devemos continuar a investir no turismo, principalmente no turismo rural, porque o nosso concelho é mais do que Caminha e Vila Praia de Âncora e cada freguesia deste concelho tem muito para oferecer a cada turista que aqui passa.

Incentivemos os nossos jovens a desenvolver projetos neste âmbito nas suas freguesias e assim desenvolveremos o nosso turismo e criaremos postos de trabalho.

No entanto volto a referir que temos capacidade para mais e melhor, mas para assim ser também é necessário trabalho, e este trabalho não passa só por termos impostos baixos no nosso concelho! É preciso mais, muito mais! Como criar incentivos mais ambiciosos para que as empresas apostem no nosso concelho ou melhor, para que nós próprios, habitantes deste concelho, queiramos abrir aqui o nosso próprio negócio.

Temos um Orçamento Participativo, tudo indica que iremos ter um Orçamento Participativo Jovem, e, porque não desenvolver algo do género no âmbito empresarial que leve ao que realmente precisamos que é criar postos de trabalho.

E aí sim, poderemos realmente dizer que desemprego no nosso concelho desceu. Porque o que nós temos agora não é uma real baixa no número de pessoas desempregadas, mas sim umas estatísticas mal interpretadas.

Disse.”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que não entendeu o teor da intervenção da Senhora Deputada, uma vez,



Handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials and a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

que foi ali falar de desemprego, onde questiona dados do INE e na sua perspetiva o melhor seria acabar com o INE, porém, toda esta intervenção nada tem a ver com aquilo que ali está para ser discutido, pois, trata-se de Assembleia Municipal extraordinária e os pontos da ordem de trabalhos são para serem respeitados.

A **Senhora Deputada Mónica Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“Há com certeza muitos capítulos do Plano e Orçamento 2018 que merecem uma análise política mais pormenorizada sendo certo que a análise financeira publicada pela DGAL, referente ao 3.º trimestre 2017, entidade que acompanha a evolução do comportamento financeiro do município, não pode deixar de ser trazida a esta assembleia para que respostas claras sejam dadas aos deputados.

A lista dos municípios que no final do 3.º trimestre de 2017 tem prazo médio de pagamentos superior a 60 dias inclui Caminha, com 185 dias, Melgaço com 129 e Valença com 75.

Passamos a ser a pior do distrito, e a explicação é simples, a Câmara não gera receitas para a despesa, e este orçamento 2018 vai agravar ainda mais na medida em que tem obras de cerca de um milhão de euros de 2017, obras feitas sem dinheiro, criando dificuldades às empresas e um estrangulamento financeiro ao município que vai certamente fazer aumentar os PMP de 2018. Recordo a esta assembleia que uma semana antes das eleições um jornal nacional publicava 3 quadros com 10 câmaras em cada quadro. Num dos quadros, que elencava as 10 câmaras com maior aumento da dívida em 31.12.2016 face a 31.12.2013, aparece a Câmara de Caminha em nona com um aumento de 1,1 milhões!



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' and 'P' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

É essa entidade que apura os dados de aumento galopante e que apenas confirma o que o Senhor Presidente da Câmara assina e entrega aos deputados municipais, se bem se recorda, em todas as assembleias municipais, nomeadamente na de 7 dezembro de 2017, em que as dívidas de compromissos assumidos e não pagos chega aos 8.184.083 euros, quando em agosto eram de 6.922.517 euros, em junho eram de 6.916.843 euros e em novembro 2016 eram de 4.926.996 euros.

Estamos preocupados com a execução orçamental 2018, estamos preocupados com os fornecedores que agoniam, estamos preocupados com a impossibilidade de pagar as faturas mensais da água e do saneamento, estamos preocupados com os reflexos no funcionamento dos serviços e no apoio que os mesmos serviços têm que dar às imensas solicitações.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“No cumprimento da Lei que regula o funcionamento das autarquias locais, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar, anualmente, as opções do plano e a proposta de orçamento.

Embora não seja conhecido o sentido de voto dos deputados municipais eleitos pelo PSD ficamos a saber, desde já, que o PSD não acompanhou os membros do executivo municipal eleitos pelo Partido Socialista na aprovação deste documento. Este facto não é um mal, em si mesmo, pois, felizmente, estamos em democracia, mas revela que, o que norteia a oposição do PSD é a utilização de argumentos, sem sentido, para fazer de conta que estão a defender os interesses da população.

Os argumentos a favor de uma apreciação positiva é de um voto favorável que os deputados eleitos pelo Partido Socialista não têm qualquer dúvida em



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AD' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

anunciar, prendem-se com largo conjunto de princípios orientadores da ação e dos investimentos municipais que sinalizo e refiro, em termos gerais:

- a) Trata-se de um instrumento de planeamento que dá continuidade à estratégia de investimento seguida nos últimos quatro anos e sufragada nas últimas eleições.
- b) As receita e despesa globais previstas é de 22.789.956,00 euros, o que é muito significativo, para um município como o de Caminha.
- c) Verifica-se o aumento de 42% das despesas de capital, ou seja, quase mais 2 milhões de euros do que no ano anterior fixando-se agora em 6.564.322 euros.
- d) Uma fatia substancial das receitas e despesas de investimento resulta das candidaturas aos fundos comunitários que representam cerca de 5,4 milhões de euros.

Uma vez que os investimentos comunitários implicam uma comparticipação do município a estratégia da Câmara aponta para uma redução significativa nas despesas correntes referindo, a título de exemplo, as mais significativas em publicidade, em combustíveis e lubrificantes e em estudos, pareceres e consultadoria.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) importantes investimentos, e desde logo, com o alargamento da rede de saneamento, abastecimento de água e condução de águas pluviais nas freguesias de Argela (1.4 milhões de euros), Vilar de Mouros (700 mil euros) e Âncora (370 mil euros).

Refiro também outros investimentos designadamente em reabilitação urbana em diversas freguesias, designadamente no Centro Histórico de Caminha e na zona ribeirinha (embora neste último caso o financiamento ainda não esteja garantido) e na zona da Sandia e Vista Alegre em Vila Praia de Âncora.

No domínio da Educação com o arranque previsível da obra da nova Escola Secundária Sidónio Pais em Caminha o que implica a necessidade de acomodação dos seus alunos durante, pelo menos, um ano letivo.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AF' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

O investimento nos novos meios de comunicação entre Pessoas e Empresas, com a colocação de fibra ótica nas freguesias de Âncora, Caminha e Vilarelho, Lanhelas, Moledo e Cristelo, Riba de Âncora, Seixas, Venade e Azevedo, Vila Praia de Âncora e Vile.

Os investimentos na qualificação da oferta turística com a valorização dos Caminhos de Santiago ou o projeto da "Serra d'Arga à Foz do Âncora, o investimento no apoio à atividade económica para além do turismo, como a conclusão do Cais da Rua em Caminha, o desassoreamento da Foz do Minho e da barra do Portinho de Vila Praia de Âncora ou a remodelação do inadequado Cais de São Sebastião em Seixas.

No domínio da Proteção Civil está previsto um investimento de 530 mil euros para financiar a execução da rede primária e secundária de gestão de combustível, criando faixas de proteção na floresta (obra que arrancará, segundo as últimas notícias da autarquia, já no início de fevereiro), a criação da Equipa de Sapadores Florestais e de duas Equipas de Intervenção Permanente que ficarão sedeadas em cada uma das corporações do concelho, uma em Caminha, outra em Vila Praia de Âncora.

Outras obras, lançadas no ano de 2017, têm, este ano, prevista a sua execução física e financeira referindo, a propósito, as obras de:

- Requalificação da cantina da Escola de Vilarinho, para sede do Etnográfico de Vila Praia de Âncora, e
- A conclusão, após décadas, do paredão sul da praia de Moledo.

Os argumentos a favor da aprovação das GOP são muitos e

- Vão desde uma aposta nos setores da Economia, do Emprego e do Desenvolvimento Económico;
- Continuam pelo que representam as melhorias na Educação, na Cultura, no Desporto e na Juventude;
- Não esquecem os domínios da Solidariedade, Bem-Estar e Coesão Social;



AD
L

Assembleia Municipal de Caminha

• Significam uma aposta no Ordenamento, no Ambiente e tratamento do Espaço Público e na Organização, Finanças e dos apoios às Freguesias sem esquecer os pilares da Cidadania e da Participação.

Este documento agora objeto de análise, discussão e aprovação não contempla obras que não sejam exequíveis, não apresenta projetos megalómanos, nem PPP para serem pagas, pelos outros, no futuro.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento é realista, é equilibrado e assenta em pressupostos claros e objetivos, desenvolvidos em prol da população do concelho.

Os deputados municipais eleitos pelo PS continuarão fieis ao compromisso assumido com a população do município acreditando na competência, na determinação e no empenho do executivo municipal para levar a cabo as ações constantes deste documento.

Por nós, saiba que conta com todo o apoio.

Muito obrigado.”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, deu inicio à sua intervenção e disse o seguinte:

“Rigor, Transparência, Contenção, Responsabilidade, estes foram os pilares da estratégia dos últimos 4 anos e como se costuma dizer que "em equipa vencedora não se mexe", apraz-me dizer que em estratégia eficaz, também não se mexe!

Seria incompreensível que face aos resultados obtidos, resultados esses que foram sufragados e que traduziram a vontade inequívoca da maioria da nossa comunidade, seria incompreensível dizia, que a estratégia não se mantivesse e reforçasse.

Temos entre mãos um documento que traça a estratégia económica e social que se pretende para o nosso concelho, um Plano de Opções que equilibra despesas e receitas num valor global de 22 milhões 789 mil 956 Euros.



AD
E

Assembleia Municipal de Caminha

De uma forma mais simples e com o intuito de esclarecer os munícipes que nos ouvem e vêm, opto por uma intervenção mais objetiva, falando dos eixos e objetivos principais deste importante documento deixando ao Executivo a tarefa de esmiuçar os números.

Como é sabido, as receitas de um município advêm dos impostos (diretos e indiretos); das transferências correntes do Estado no qual se encaixam as receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Europeu e da participação variável do IRS. Uma vez que o Município optou por não subir os impostos apesar das grandes dificuldades financeiras que enfrenta fazendo todos os esforços para maximizar recursos que evitem castigar as pessoas, e uma vez que de acordo com o Orçamento do estado para 2018 se prevê que as transferências do Estado aumentem para Caminha em 1,5%, é na gestão do investimento por forma a aproveitar ao máximo os fundos comunitários disponíveis que o Município vai centrar os seus esforços. Em resumo a receita prevista aumenta sobretudo pelo aumento da receita para investimento. São 42% mais relativamente à previsão para o exercício anterior. É de 6 milhões 872 mil 128 euros a cifra que se pretende alcançar e cujos projetos se encontram devidamente identificados no plano plurianual de investimentos.

Do lado da despesa temos entre mãos um documento que apresenta uma forte contenção na despesa corrente, transversal a quase todas as rubricas.

A aquisição de bens e serviços tais como publicidade, combustíveis e lubrificantes, comunicações, estudos e pareceres e consultadoria são as áreas que irão sofrer maior corte. 1 Milhão 623 mil 977 euros é o valor que se pretende reduzir. E isto não quer obviamente dizer como já se ouviu dizer por alguns responsáveis políticos que os carros vão parar e que os funcionários vão andar a pé. Esta afirmação espelha bem a forma redutora e pouco séria em como a essencial racionalização dos recursos é encarada por alguns!

Haverá uma forte contenção nas despesas sim, coerente com a realidade que vivemos, tendo sempre presente os compromissos assumidos, o pagamento dos legados ruinosos que o Município herdou, tendo sempre presente a



Assembleia Municipal de Caminha

estratégia a seguir. Quase todos os sectores vão sentir esta contenção com exceção das Juntas de Freguesia, Educação e Proteção Civil que são encarados como prioridade nas previsões de investimento para 2018.

Relativamente às Juntas de Freguesia e no contexto deste documento é de destacar a preocupação que este executivo mostra para com estes órgãos do Poder Local dotando-as até ao final do primeiro trimestre deste ano da totalidade do valor das receitas correntes a atribuir pela Câmara. Assim e para além dos montantes que resultam dos acordos de execução, as juntas receberão no seu conjunto e neste trimestre um valor próximo dos 200 mil euros.

Quando a oposição disse e continua a dizer que não há estratégia para o nosso território este documento vem mostrar precisamente o contrário, relembro que o executivo fez aquilo que o PSD não teve a coragem de fazer ao logo de 12 anos, reviu o PDM e criou condições para proteger as nossas florestas e a nossa população acautelando situações de construção dentro e em zonas limítrofes de floresta, evitando que tragédias como as que assistimos noutros territórios batam à nossa porta. Foi difícil? Foi. Foi contestado? Foi. Mas foi um ato de coragem política na defesa dos interesses do nosso território e das nossas gentes, sobrepondo o bem e a segurança comum aos interesses de alguns agentes económicos!

Agora, vai-se mais longe com a criação de Brigadas de Sapadores florestais que estarão afetas às 2 corporações de Bombeiros do nosso concelho. Esta equipa vai ter um papel importante no território, já que vai desempenhar ações de silvicultura preventiva, ações de gestão florestal, vigilância, primeira intervenção em incêndios florestais e apoio a rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Dizer que este orçamento é omissivo quanto ao impacto negativo que a revisão do PDM teve junto dos munícipes empresários e investidores porque não prevê um plano de aquisição de terrenos para implantação de empresas ou alargamento das zonas industriais existentes é uma afirmação no mínimo



AD
Z

Assembleia Municipal de Caminha

engraçada já que me leva a perguntar com que legitimidade o diz quem governou durante mais de uma década e nada fez nesse sentido!

No campo de educação, outro forte apostado para 2018, destaca-se o arranque da obra da nova Escola Secundária Sidónio Pais em Caminha e olhar para este orçamento e dizer que as verbas da educação vão ser reduzidas, é mais uma vez de quem não sabe analisar e ver que para além da rubrica de educação só por si, há que ver as restantes aquelas que estão ligas e que representam um forte investimento nesta área.

Em resumo, Este é um orçamento que evidencia um plano estratégico futuro para o nosso concelho! Um orçamento que apresenta uma estratégia de resolução de graves problemas financeiros que o Município tem, nomeadamente com o pagamento de indemnizações resultantes de sentenças judiciais, de rendas ruinosas e de acordos de pagamento de dívidas. É bom lembrar a quem se mostra "chocada" com algumas situações, mas que em contrapartida acha quase normal que existam processos judiciais, que a grande maioria deste esforço financeiro que agora se está a fazer advém da irresponsabilidade de quem decidiu deixar de cumprir sentenças judiciais, de quem prometeu apartamentos que não possuíam, de quem em 2011 já estava a dever 4 milhões de euros às águas de Portugal. Sim porque andar a dizer que o executivo socialista cobrava a água aos munícipes e não pagava à empresa das águas depois de terem sido os responsáveis do início da dívida é, para não dizer outra coisa, triste.

Na reunião de Câmara onde estes documentos foram previamente aprovados os Senhores Vereadores votaram contra este documento por segundo a sua Declaração de voto anexa, terem concluído que este documento era um mero manifesto eleitoral do Partido Socialista. Mal seria se assim não fosse porque este orçamento é de facto um orçamento socialista, um orçamento que segue os pilares que sustentam a estratégia escolhida, uma estratégia e uma ação política levada a cabo pela Câmara ao longo dos últimos 4 anos e que, volto a



AD
E

Assembleia Municipal de Caminha

dizer, foi a sufrágio e mereceu a expressiva confiança e o apoio dado pelo povo do Concelho de Caminha.

Contrariamente áquilo que o PSD pensa, diz e escreve, este é um orçamento que plasma bem a estratégia definida para o nosso concelho, um orçamento que se apresenta preparado para fazer o que ainda não foi feito e é por isso que o Partido Socialista irá votá-lo favoravelmente.

Disse.”

O **Senhor Deputado Severino Sousa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“A minha intervenção vem no seguimento do que já foi dito sobre este orçamento. Um orçamento que corta onde não deve e que apresenta vários problemas.

Mas eu gostaria de me centrar numa questão importante e que diz respeito á Escola Sidónio Pais.

Em reunião de câmara foi dito que não tinham avançado com as obras da escola porque queriam acomodar os alunos que saíram da Ancorensis.

Mas existe outro motivo pelo qual as obras não tiveram início, não apenas a preocupação pelos alunos, mas sim um problema grave na questão da candidatura e que se prendeu com uma falha no projeto no respeitante á estacaria.

Este foi o motivo pelo qual a obra não avançou no concelho de Caminha. Vemos noutros concelhos as obras, em escolas, a avançar e o concelho de Caminha a ficar para trás.

Tivemos conhecimento, através de alunos, que há professores a apelar para levarem roupas quentes ou mantas para a escola porque o frio que se faz sentir impede-os de terem a comodidade e o conforto necessário para enfrentar o frio intenso que se tem vindo a sentir.



Assembleia Municipal de Caminha

Apelamos a que se unam esforços, no sentido de ultrapassar os problemas com o projeto, de forma a que as obras de remodelação da escola sidónio pais sejam iniciadas o mais breve possível.

Estaremos atentos á escolha dos espaços em que as nossas crianças continuarão a ter aulas, durante o período das obras, que deverão reunir todas as condições que necessitam.

Que se escolham soluções alternativas, mas com qualidade e dignidade, para os nossos alunos e que a qualidade dessa escolha não seja considerada mais uma gordura a ser cortada.

Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e disse

“Iniciamos esta nossa intervenção reconhecendo a tentativa de cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, apesar de não o ser na íntegra, em nossa opinião, já que não houve qualquer momento de debate e inclusão de sugestões orçamentais da CDU. No entanto é de valorizar que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, a quem coube conduzir a reunião, procurou justificar as suas opções, fugindo à mera comunicação das bases do orçamento e plano, muito comum nas experiências anteriores.

Quanto ao documento aqui apresentado, no quadro retórico é claro que o Orçamento obedece à rigidez dos números de receita, nos quais encaixa a despesa. Se assim não fosse, geraria desequilíbrio orçamental. Logo, nessa matéria, será sempre uma perda de tempo procurar investimentos de toda a ordem, alimentados por disponibilidades financeiras imaginárias, quando não há receitas, nem próprias, nem previstas em transferências várias, para acorrer a outros investimentos, por mais urgentes e necessários que estes pareçam.



Assembleia Municipal de Caminha

À dimensão do município, bem visível pelo histórico orçamental que temos, este orçamento de cerca de 2,8 M€ é o possível, e não será por aí que se possa gerar algum ponto de discórdia.

A verdade é que o município tem de base pouca receita e um volume de despesa que restringe liberdade na aplicação da receita, razão pela qual se torna difícil, mais que a elaboração destes documentos, a gestão do próprio município.

O Orçamento e PPI estão por isso condicionados por anos de desgoverno, sendo evidente que o desafio do PS no mandato anterior não foi totalmente conseguido, de nada valendo ao PSD, contudo, embandeirar em arco porque não poderão nunca negar o seu contributo para esta situação. Não competindo à CDU qualquer ingerência nesta matéria, não deixamos de alertar que o exercício da Câmara Municipal deveria, já no mandato anterior, ter unido os vereadores na construção de uma solução para a difícil situação em que nos encontrávamos.

Mas pelo contrário, o PSD não conseguiu mais que contrariar tudo, chegando mesmo a ser contra medidas que procuraram resolver os problemas criados pelo próprio PSD.

Do que percebemos em mais um Orçamento e PPI discutido e aprovado em reunião de Câmara, será de esperar o mesmo neste mandato. E o problema é que, com esta oposição na Câmara Municipal, fica o PS sem balizas que possam construir melhores soluções para os munícipes de Caminha, nada podendo fazer a CDU já que não integra esse órgão municipal.

Mas esta crítica à direita não inclui as dúvidas quanto a rubricas com valores diferentes ou dissonantes entre o Orçamento e o PPI. Estas dúvidas, registadas em declaração de voto, devem, em nosso entender, ser esclarecidas e clarificado o conteúdo que as sustenta.

A verdade é que esta Assembleia aprova, ou não, o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, mas não lhe compete a elaboração dos documentos, nem definir as políticas que serão seguidas pela Câmara.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AP' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

Por isso o Orçamento é proposta da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal ou dos seus membros. E este Orçamento é, nas palavras e na evidência, um registo de aumento de despesa, mas desta feita, não na despesa corrente, mas sim em capital, antevendo um ano de grande investimento.

Mas este aumento da despesa de capital pressupõe recursos que o município não tem. Voltaremos, por isso, aos empréstimos para investimento, mais empréstimos para acordos, como o das piscinas, ou outros que possam vir a acontecer, e para os quais os nossos alertas tem sido uma presença assídua, nomeadamente no que respeita à água. Tememos que outras soluções nesta matéria, bem mais gravosas para a população do concelho de Caminha e do Distrito, possam vir ainda a surgir ainda ao longo de 2018.

Reconhecemos que é corajoso assumir que a despesa corrente em aquisição de serviços é um elemento fundamental da expressão visível da atividade municipal e ao mesmo tempo diminuir, em orçamento, esta rúbrica. Mas essa coragem é igualmente preocupante já que num município que tem pouco a oferecer ao nível de emprego no setor primário e secundário, e que para a fixação da população deve ter fortes apostas na Educação, Desporto e Cultura, não é facilmente compreensível que tenha um orçamento a assumir cortes de 60% (Desporto), 29% (Cultura) e 22% (Educação). Em defesa, vem a Câmara dizer que não há desinvestimento, mas alteração das rúbricas onde é acomodada a despesa. Ora então não vale o argumento de que diminui esta despesa, se assim é, sendo certo, desde já, que nós não somos favoráveis a qualquer diminuição nestas áreas. Estas são áreas que mobilizam a comunidade, são, em certos momentos, a única expressão de vitalidade do concelho, e, se bem aproveitadas, poderão ser motores da economia. O concelho de Caminha pode oferecer a uma franja importante da população portuguesa e não só, que dá importância a uma vida em ambiente tranquilo e agradável, com facilidade de mobilidade, excelente na oferta educativa e formativa, e que investe na valorização da comunicação, como é o caso da



Assembleia Municipal de Caminha

fibra ótica. Conseguir atrair esta população para, a partir do nosso território, desenvolver a sua atividade profissional em setores onde a distância não é obstáculo ao trabalho, pode e deve, em nosso entender, ser entusiasmado, sem o medo ou o pessimismo de que o desenvolvimento apenas assenta em grandes disponibilidades industriais.

Saiba o município articular-se com os restantes e investir ainda mais na mobilidade e será fácil, num trabalho em rede, tornar o longe perto e garantir um município atrativo, agradável, seguro, dando felicidade às populações muito para além dos músculos, gorduras, vitaminas, “slim fit” ou de outros qualificativos que apenas são agradáveis à leitura.

Insistir em dar enquadramento ao Orçamento dedicando cerca de 40 % do texto a reforçar o programa eleitoral do partido socialista, não nos parece o melhor caminho. A população do concelho de Caminha fez a sua escolha e todos estamos conscientes que esse é o programa que será seguido, não sendo necessário, em nosso entender reforçar, essas ideias como se de um convencimento se tratasse.

Sr. Presidente, a sua determinação, mesmo que por vezes nos afaste do seu pensamento, não é questionada. Como também não será questionado o princípio basilar deste orçamento.

Este é um orçamento que declara a total impossibilidade do município de agir, em investimento, por conta própria. Passa o seu investimento para o Portugal 2020 deixando-nos na ansiedade de esperar que finalmente as verbas deste quadro comunitário venham a possibilitar as obras que, a nosso ver, bem, o município preparou, estando agora em condições de iniciar obra.

Mas esta é uma ação que deixa já algumas feridas. As freguesias, tão atendidas em anteriores mandatos, tão propaladas nas ações de aproximação às populações, são agora secundadas, perdendo transferências do município, deixando-os reféns, dependentes e com autonomia reduzida. Por isso apelamos a que a abertura que anuncia no documento, prevendo que em



Assembleia Municipal de Caminha

ações concretas, cujo impacto positivo nas populações seja evidente, não deixe V. Exa. de atender às freguesias.

No plano social, há também uma redução, mas que, apesar das contas do exercício anterior não serem ainda matéria de debate, V. Exa., Sr. Presidente, nos antecipou, na observância ao Estatuto do Direito de Oposição, que esta redução corresponde a excedente em orçamento anterior.

Por fim, estranhámos que o Orçamento não tenha vindo a esta Assembleia em novembro ou dezembro passados, já que este é um executivo de continuidade. Por isso também esperávamos alguma novidade que implicasse este tempo, cuja legalidade não é questionada.

Não é o que agora verificamos, pelo que nem o conteúdo, nem as intenções de voto se alterariam se o Orçamento e PPI tivessem já sido aprovados. Esta foi uma estratégia que não entendemos, mas que respeitamos.

Uma vez que o Orçamento e PPI se revelam concordantes com as possibilidades do município, são reais e transparentes, afirmando mesmo a dependência dos fundos comunitários e a contrapartida para o município, já que terá que assumir a sua parte, a CDU votará favoravelmente os documentos, sendo certo que este caminho seguido pelo PS é do PS, estando a CDU disponível, como sempre, para contribuir na procura das melhores soluções para as gentes dos vales do Âncora e do Coura-Minho, lembrando, por isso, nos limites orçamentais, que seja dado às Freguesias, à Cultura, à Educação e ao Desporto o que, nas rúbricas do orçamento, for possível para garantir que o esforço das instituições ao longo dos últimos anos não tenha sido em vão.

Disse.”

A **Senhora Deputada Marlene Silva**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:



Assembleia Municipal de Caminha

“Na leitura do texto de defesa do Plano e Orçamento para 2018, fica claro que o executivo, reconhece dificuldades financeiras e claramente apela à contenção de gastos, sensibiliza para a criatividade na gestão das áreas operacionais do município e refere claramente algumas áreas onde reconhece que há cortes orçamentais.

Compreendemos em 2018, que em 2014, em 2015, em 2016 e em 2017 se gastou mais do que a receita, porventura em áreas que seriam evitáveis, mas essa não foi a opção e quando assim é, a fatura vem depois.

No texto podemos ler, e passo a citar, "a maior fatia de despesa corrente vai (...) para a aquisição de bens e serviços. É nestes recursos e nas suas possibilidades que se funda grande parte da atividade municipal (...). É, por isso, difícil travar a fundo esta despesa porque (...) para também o essencial da ação municipal."

Ou seja, cortar nesta despesa significa parar a ação municipal, mas logo de seguida, dizem ser aqui que se sinaliza o maior corte, na aquisição de bens e serviços, para sectores como: a educação (-22%), a cultura (-29%) e o desporto e lazer (-60%).

Há neste orçamento verbas que reduzem significativamente, que nos preocupam, como sejam a redução, de 50.000 euros para 30.000 euros, na aquisição de matérias-primas ou na redução de Gasóleo, de 200.000 euros para 150.000 euros, quando sabemos que o valor do gasóleo está a aumentar, tal como a redução da rubrica de outros combustíveis, de 150.000 euros para 80.000 euros, esta última pode impedir o aquecimento das escolas, situação que a acontecer muito nos preocupa.

A autarquia deve pugnar sempre por um serviço de qualidade prestado aos munícipes e tememos que o mesmo possa ficar em causa, não por falta de competência e meios humanos, mas sim por falta de materiais e combustíveis. Não nos parece, de todo, razoável considerar gorduras aquilo que são os bens mínimos para o normal funcionamento da autarquia e que permitem prestar um



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' and 'P' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

serviço de excelência aos munícipes. Desta forma, parece-nos mais que estão a atacar o músculo e a reforçar as gorduras.

Disse.”

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, referiu que este início de ano esta Assembleia Municipal arranca com o debate de quais são as perspetivas em termos orçamentais que a Câmara Municipal tem para este exercício, e qual é a estratégia que vai ser seguida e que vem sido seguida por este executivo. Agradeceu o Senhor Presidente, o trabalho que funcionários em conjunto com todos os Vereadores tiveram dos diversos serviços, uma vez que é um exercício exigente; realçou a Senhora Chefe de Divisão que ali se encontra, contudo, está há muito pouco tempo neste Município, e esta, também foi uma das razões que levou a se estar a apresentar este orçamento neste momento, apesar de se estar dentro do prazo legal.

Disse o Senhor Presidente quanto ao debate político, como refere o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro não há grandes novidades, continua centrado em parte naquilo que é pouco produtivo para o orçamento, e para o debate do nosso Concelho. Salaria que o orçamento é um exercício que tem em conta a estratégia que está definida naquilo que são as opções do executivo, mas, também tem em conta a receita do Município. Disse ainda o Senhor Presidente que passaram vários anos com os responsáveis pelas críticas mais ferozes a este orçamento, em que os orçamentos se faziam e como se devem fazer ali, como todos fazem em suas casas, que se trata de ver a receita que se tem, de modo a se poder dispor a despesa, ou seja, ninguém compra um Ferrari e depois se juntam em casa se tem dinheiro para comprar o Ferrari, ou seja, primeiro junta-se a família e só depois é que adaptam a compra sobre aquilo que dispõe, porém, este raciocínio nem sempre aconteceu



Handwritten initials in blue ink, possibly 'K P' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

na Câmara Municipal de Caminha, e foi por isso que os exercícios sucessivamente foram negativos, e os exercícios não mentem quanto ao registo de faturas, e mesmo aqueles que foram positivos, curiosamente sempre à bica de eleições, os quais continham uma faturação em gaveta, que não cristalizava nos documentos aquilo que era a realidade da Câmara, e isso levou que sucessivamente durante 12 anos de mandatos de partidos que hoje estão na oposição, que se tivesse que pedir empréstimos bancários num valor global de 9 milhões de euros, porque não se conseguia aguentar as despesas correntes, o que justifica que em 2012 Caminha tenha passado pelo vexame de passar por um programa de assistência financeira, por não pagar aos seus fornecedores, e os autores desse vexame é o PSD em Caminha. Mas, disse o Senhor Presidente que o seu executivo superou esse tempo, e foi com a forma de trabalhar, só não superaram foi a mochila do passado que transportam, mas, também é verdade como referiu o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, não foram totalmente eficazes no primeiro mandato, nem esperavam que isso acontecesse, e possivelmente nem no final deste mandato isso irá acontecer, porque a mochila é muito pesada. Disse o Senhor Presidente que é disso que se está ali a debater, porque este é um orçamento realista, é um orçamento que olha a cada um dos itens para encontrar soluções; este é um orçamento que se adapta perante os cidadãos para se poder acautelar o funcionamento normal da Câmara, e para se poder investir, e investir ao limite das forças do município, e esse limite é a parte que se tem que entregar em cada candidatura de fundos comunitários. Mas, aquilo que não se pode fazer é aquilo que o PSD tem feito ao criticar a Câmara Municipal porque diz para se cortar e depois dizer que é necessário dar mais, isso não é possível, nem existe, porém, pode existir se o PSD for ali dizer com clareza perante todos os munícipes que os impostos se devem aumentar, e se o assumirem perante todos os munícipes, nesse caso o Senhor Presidente assume, porque isso vai trazer mais um milhão de euros para as receitas da Câmara, e desse modo, já se pode discutir que não se vai cortar em algumas rubricas e já se pode



Assembleia Municipal de Caminha

investir, porque todas as pessoas percebem que não se pode ir ali defender que são contra o corte em eventos, desporto, publicidade, ou, combustíveis e outras áreas e depois que se deveria pagar mais na questão das águas, de se fazer mais obra, isso não existe, e não torna o debate produtivo, assim como, não os leva a lado nenhum, contudo, esta é a tese dominante do PSD que o Senhor Presidente queria ali registar, e contestar. Refere ainda o Senhor Presidente que este é um orçamento de cerca 22.789.956,00 euros, sustentado em três pilares de receita, sendo o primeiro os impostos, e o executivo decidiu nos últimos três anos não aumentar os impostos, e mesmo nos primeiros dois anos decidiu baixar os impostos duas vezes, porque as famílias do Concelho de Caminha, eram das famílias que mais impostos pagavam em pleno período de crise, e a preocupação que hoje têm com as famílias e com as empresas não houve quando decidiam ter os impostos no máximo castigando as pessoas, quando elas mais precisavam, mas, este executivo aliviou as famílias para injetar dinâmica no próprio Concelho, para que as pessoas pudessem gastar e vir para cá viver; o segundo pilar refere o Senhor Presidente que são as transferências de estado, este vai aumentar a sua transferência para as autarquias em 1,5%, não é muito, mas é receita rígida, como nos impostos. Porém, o PSD quando esteve no Governo nos últimos quatro anos nunca aumentou as transferências de estado, nunca cumpriu a Lei da Transferências Locais, apesar deste Governo ainda não cumprir, pelo menos aumenta em 1,5%, como o fez no ano anterior, e a receita continua rígida. E de onde vem mais receita para o Concelho de Caminha, refere o Senhor Presidente, que vem dos fundos comunitários, e por isso, o executivo aposta em mais investimento e contem as despesas correntes, e só agora isto está a acontecer, porque quem esteve no governo à cerca de dois anos não pôs em funcionamento o processo comunitário de 2014/2020 e só agora em 2018 é que se está a investir aquilo que já se deveria ter investido desde 2015, essa incúria foi má para o País e agora está-se a fazer o trabalho, e ali entra essa receita, apesar de ser uma receita “falsa”, porque toda a outra receita entra e o



Assembleia Municipal de Caminha

executivo vai usá-la como quiser, mas, os fundos comunitários só entram se a Câmara colocar lá a sua parte, ou seja, o executivo vai ter que encontrar esse financiamento, e para o fazer vai ter que encontrar liquidez, ou seja, está ali o que sustenta o orçamento. Refere ainda o Senhor Presidente que para que isso aconteça, houve a necessidade de cortar em num conjunto de áreas, mas, não quer dizer que se vai deixar de ter movimento, atividades, ou, apoiar as instituições, isso não vai acontecer, aquilo que vai acontecer é que vai haver racionalização, ou seja, vão ter que gerir melhor o dinheiro, exatamente como nas famílias em tempo de crise, e o executivo vai conseguir encontrar soluções, como por exemplo gastar menos gasóleo nos carros, gastar menos matéria prima em cada obra se essa for devidamente controlada, em publicidade, em consultorias e parcerias, logo, isso será possível, havendo muito esforço na contenção da despesa, e todos juntos vão olhar para cada evento e perceber onde se pode cortar, ou seja, vai-se realizar o mesmo evento de outra forma, para que se possa investir. Logo, salienta o Senhor Presidente que vão investir em todas as freguesias, porque vão disponibilizar o capital para que isso aconteça, mas, também, porque os fundos comunitários vão beneficiar algumas freguesias, e só assim se vai ganhar folego para o futuro.

De seguida o Senhor Presidente responde a algumas questões colocadas pelos Senhores Deputados; quanto ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que o exercício de direito de oposição é um exercício que nunca deveria ter sido arredado do Município de Caminha, e por conseguinte o Senhor Presidente tem muito orgulho em poder liderar um executivo que trouxe esta visão democrática ao Concelho de Caminha, depois de anos a fio, em que a oposição não existia do ponto de vista de quem exercia o poder, hoje, pode-se discordar sobre o alcance deste direito de exercício de direito de oposição, porém, com este exercício, existe diálogo sobre os pontos de vistas diferentes e tentar encontrar algumas soluções; Logo, reitera o Senhor Presidente que tem muito orgulho em ter levado para o Concelho de Caminha esse debate



Assembleia Municipal de Caminha

democrático e essa visão de liberdade, que demasiados anos castigou o Concelho.

Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara de Caminha não vai poder deixar de encontrar soluções durante os próximos tempos para se poder financiar a si própria, através de empréstimos, e essa é uma verdade, e, serão levados à Assembleia Municipal empréstimos a curto prazo, para se poder pagar processos judiciais que o passado ainda trás, e também, porque é necessário atribuir alguma liquidez às Juntas de Freguesia, para que através do adiantamento das despesas encontrem alguma margem para poderem investir. Mas, também em investimentos como o das piscinas e nos próprios investimentos dos fundos comunitários, onde a Câmara vai ter que encontrar soluções, porque o orçamento de estado que foi aprovado agora, prevê algo positivo para todos os municípios, ou seja, refere que os montantes que forem contraídos de empréstimo para cofinanciar projetos comunitários tem isenção no limite de endividamento da autarquia, logo, é possível contrair esses empréstimos para se poder acorrer aos investimentos com fundos comunitários para dessa forma não se perder nenhum investimento.

Disse também o Senhor Presidente que o texto introdutório que está neste orçamento de estado, seja aquele que enquadre o programa eleitoral do Partido Socialista, ou seja, é no programa eleitoral que está a estratégia assumida, logo, é no orçamento que se dá seguimento a essa estratégia. Refere ainda o Senhor Presidente que não é muito agradável acompanhar essa leitura vencedora que tornou perdedora outras estratégias, mas, é a leitura que teve a maioria e o apoio do Concelho de Caminha e é essa que seguem na elaboração deste orçamento.

Disse ainda o Senhor Presidente que o Senhor Deputado colocou uma questão formal sobre uma matéria de rubricas que foi levantada em reunião de Câmara pelos vereadores do PSD, mas, essa matéria foi esclarecida no dia seguinte por escrito, porque havia ali uma divergência entre o valor de PPI (Plano Plurianual de Investimento) com o valor constante na rubrica de aquisição de



AD
E

Assembleia Municipal de Caminha

bens de capital, ou seja, havia ali uma divergência que não faria sentido porque se estava a falar de investimento. Esse desfasamento é justificado pela subtração que tem sempre de existir do valor que a Câmara dá para o fundo de solidariedade municipal, agora chamado Fundo de Apoio Municipal (FAM), a Câmara Municipal tem de pagar 107 mil euros durante o ano para ajudar os municípios em dificuldade, ou melhor, nós somos contribuintes para o fundo dos municípios em dificuldades, não somos beneficiários, contudo, a esse valor tem que se aumentar o valor de 54 mil euros que é o valor que está afeto a uma candidatura, de uma viatura que vai circular muito brevemente de assistência junto das freguesias, portanto, estava aí um desfasamento que foi explicado e transmitida aos Senhores Vereadores do PSD.

Quanto à questão da água disse o Senhor Presidente que esta questão carece de alguma explicação, porque, a água é um dos grandes problemas do Concelho de Caminha em termos financeiros. É um desafio em termos globais e substantivos a água, a qualidade do abastecimento da água, a qualidade das redes de saneamento, toda essa matéria é fundamental. Mas em termos financeiros é uma questão que está no cerne dos problemas financeiros da Câmara Municipal, e está assim, há muito tempo. Porque desde 2005 que se deixou de pagar faturas de água, não é uma questão nova, é uma questão que vem desde 2005. Hoje, quando se paga por exemplo o PRED ou o PAEL, está-se a pagar faturas desse tempo. Este executivo ainda está a pagar faturas com mais de 10 anos que estão incluídas neste acordo. Além do mais, é sintomático que o programa de assistência relativamente a fornecedores que era o PAEL que servia para injetar liquidez na economia em 2012, na economia local, no caso de Caminha deu zero economia local, porque serviu para pagar 2 milhões e meio de euros em faturas de água que estavam por pagar do anterior executivo. E este executivo está a pagar ainda esses valores, logo, esta é uma questão habitual, e trás problemas; E sabem porquê? Porque a diferença entre o valor da água que a Câmara de Caminha compra para distribuir em cada torneira e o valor que cobra a cada pessoa é anualmente de 950 mil euros, ou



Assembleia Municipal de Caminha

seja, a Câmara de Caminha mesmo recebendo todo o dinheiro que as pessoas pagam nas faturas da água ainda tem de entregar mais 950 mil euros a quem nos vende a água de fora do Concelho. E isso, deve-se a duas razões. A primeira razão tem a ver com perdas ao longo da rede de águas, água que se perde, água que se rouba e não só, mas, também tem a ver com outro fator essencial, tem a ver com o facto de a Câmara de Caminha apoiar um conjunto de instituições isentando-as do pagamento de água, logo, isso é muito dinheiro, como, clubes de futebol, clubes desportivos, IPSS, instituições que se apoiam com o não pagamento de água, mas, o executivo tem de as pagar externamente, e ainda se tem o preço da fatura da água que é subsidiada no Concelho de Caminha, ou seja, o preço que os cidadãos pagam pela água não é o mesmo que a água custa. Logo, esta é uma matéria essencial, e isso traz problemas, mas, esses problemas sendo enfrentados de frente e a seu tempo também serão debatidos ali, hoje apresentam uma solução que tem vindo a ser criticada quer na Câmara Municipal quer nesta assembleia, porém, tem que ser esclarecida ali. E com isso quer dizer o Senhor Presidente que este orçamento para 2018 apresenta a previsão correta e suficiente para pagar durante o ano as faturas da água, de saneamento do dia-a-dia e para pagar os empréstimos que se tem de pagar relativamente a acordos do passado. Explica, o Senhor Presidente que a previsão orçamental é de 2 milhões 155 mil euros entre água e saneamento, 800 mil euros são as faturas de água que estão previstas pagar ao longo do ano, ou seja, 800 mil euros de água são faturas de água ao longo do ano, 600 mil euros de saneamento, além disso prevê-se pagar pelo acordo de 2015, 298 mil euros de água e 253 mil euros de saneamento e prevê-se ainda pagar 250 mil euros a propósito do acordo de águas realizado em 2017 durante o ano, e ainda acresce um valor em juros que não cabe nesta rubrica porque está numa rubrica diferente, porque se está a falar de serviço de dívida. Contudo a pergunta que se tem de fazer para quem acompanhou este raciocínio, não é que não cabem ali estes valores, que não existem, como é, que a Câmara assinou um protocolo em 2017, aprovou um acordo de águas



Assembleia Municipal de Caminha

que prevê globalmente investir num acordo cerca de 1 milhão de euros a pagar em 2018 e que agora prevê apenas 250 mil euros mais os juros que estão em outra rubrica. Ou seja, já está ali uma proposta sobre a mesa de existir a possibilidade de se encontrar um acordo sobre esse acordo, em vez de se pagar aquele valor de 1 milhão de euros vai-se pagar no acordo que se está a fazer 250 mil euros de capital mais juros, e porquê? Porque o orçamento de Estado de 2018 criou a possibilidade de a Câmara chegar a acordo relativamente a todos os acordos que tem de águas, passando de 5 anos para 25 anos e é isso que vai fazer, para reestruturar esta dívida como aliás o PCP e o Bloco de Esquerda gostariam que acontecesse no país. Disse ainda o Senhor Presidente que vão conseguir pagar esta dívida de água, e pela primeira vez em muitos anos, “mais de 10 anos”, ou seja, neste exercício orçamental vão pagar a água que se consome, saneamento que se consome, e a água que está em todos os acordos. Mas, o acordo irá ali para ser votado e aí ver-se-á o sentido de voto dos Senhores Deputados e dos Senhores Vereadores.

Disse ainda o Senhor Presidente que por isso queria ali ressaltar essa matéria e poder terminar a falar de uma matéria que para ele é muito cara e que representa bem o estado latente do PSD cá do burgo. E refere que está o PSD zangado pela voz da Senhora Deputada Simaura, e está zangado porque o IEFP determinou. O IEFP fez as contas e o IEFP disse que o Concelho de Caminha tem hoje menos desempregados do que tinha no ano passado, tem menos desempregados inscritos que tinha nos últimos anos e tem o mesmo número de desempregados inscritos que tinha em 2008. Mas, não deve estar zangada a Senhora Deputada porque é uma boa notícia, não vale a pena ficar zangada pelas boas notícias. O número de desempregados no Concelho de Caminha é muito inferior ao número de desempregados que existia anteriormente, referindo ainda que com as mesmas regras que salientou, o número de desempregados no Concelho de Caminha é menos de metade que o partido que vossa excelência representa deixou no Concelho de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

Não se lembra o Senhor Presidente de ouvir a voz da Senhora Deputada nessa altura, é que nessa altura tinha-se mais de mil desempregados inscritos com as mesmas regras. E agora tem-se menos de 500 desempregados inscritos. Logo, isso é uma nota fundamental que é preciso acautelar. Os mecanismos de apoio social existem, e sabe porque existem? porque felizmente o governo mudou. E o governo tendo mudado apoia aqueles que são desempregados, aqueles que querem encontrar uma solução.

Mas quanto há emigração, esse então é o melhor argumento que se pode ter. Então agora que os portugueses estão a voltar, que os índices de emigração são de facto os mais baixos dos últimos anos, depois de anos de pessoas a saírem do nosso país para encontrar o futuro, mandados pelo 1º ministro eleito pelo PSD para fora, e agora que está a diminuir a emigração, que há mais gente, afinal é a emigração que dá cabo destes números. No outro dia alguém dizia esse é o efeito sazonal, li aí em qualquer lado, em dezembro, em dezembro, Senhora Deputada, a Senhora Deputada é recém-chegada a este debate e, portanto, é natural que não tenha tido a possibilidade de ler os documentos e de ler aquilo que interessa a este caso. Mas, os números do IEFP, não são uns números quaisquer não foram feitos num qualquer café de Caminha ou Vila Praia de Âncora, são números oficiais e representam uma realidade do país. Neste momento há mais emprego em Portugal, foram criados 250 mil postos de trabalho nos últimos dois anos e o país está a crescer. Eu sei que isto é chato para o PSD mas é a realidade. E existe porque de facto se mudou de parâmetro.

Disse ainda o Senhor Presidente que desvalorizar o turismo e a indústria do turismo para estes números é inacreditável, e só prova que o PSD perdeu o pé sobre qualquer tipo de estratégia, ou seja, o turismo não é uma das indústrias mais pujantes do nosso país? Não é a indústria que tem puxado pela economia do nosso país e criado emprego e no Concelho de Caminha? Senhora Deputada dizer que o turismo no Concelho de Caminha cresce, porque o turismo cresce, porque o turismo cresce no país é redutor. Sabe porquê?



Assembleia Municipal de Caminha

Porque os números indicam o contrário, é que Caminha cresce acima do nível nacional, acima do nível do Norte e acima do nível do Alto Minho. Disse ainda o Senhor Presidente, que de acordo com os números que estão presentes, que saíram em dezembro de 2017, não são do IEFP, são do INE, mas de acordo com os números que são conhecidos, 2013 em Caminha tivemos 23 mil 276 hóspedes, em 2013, quando provavelmente, estavam no auge, o trabalho que se fazia de captação no turismo. Hoje, em 2016, de acordo com os números do INE, o número é de 38 mil 418, uma subida de 65% no número de hóspedes em 4 anos. O número de dormidas no Concelho de Caminha em 2013, era de 46 mil 992 dormidas, em 2016, de acordo com os números de INE que saíram agora em 2017, o número foi de 74 mil 69 dormidas, curioso número. As dormidas cresceram 57%. E sabe qual foi o valor de crescimento de proveitos?. Mas o turismo em Caminha, em 2013, no Concelho trazia 1 milhão 295 de euros e agora, em 2016 trouxe 2 milhões e 688 mil euros. Está-se a falar de uma subida de 106 por cento em 4 anos. E isto não é importante, isto não cria emprego?, na construção, hotelaria, atividades e etc. Ou, refere o Senhor Presidente que se tem que olhar para o Concelho de Caminha e mimetizar os Concelhos que estão ao lado, mas, ele também gostava muito de poder criar uma zona industrial mais ampla para poder colocar empresas. Mas sabe porque é que não se tem? Porque o PSD quando esteve no poder e teve fundos comunitários para comprar terrenos e fazer zonas industriais não o fez e nós agora não temos hipótese de o fazer porque já não há fundos comunitários para isso, perdeu-se o comboio, existe apenas dinheiro para recuperar aquilo que são as estruturas existentes.

Ainda segundo os números divulgados pelo INE de 2017, refere o Senhor Presidente que Caminha tem ainda assim a segunda melhor taxa de crescimento efetivo da população no Distrito de Viana do Castelo, é negativa, mas em consonância com o que acontece em todo o país, a nossa só é superada pelo Concelho de Viana, quer isto dizer que somos a segunda menos má. Somos também os segundos melhores no crescimento migratório e somos



Assembleia Municipal de Caminha

o segundo Concelho do Alto Minho com maior índice na relação entre número de empresas e quilómetros quadrados. Porém, não são só as empresas que deitam muito fumo e cheiram muito mal que dão emprego, as outras ligadas por exemplo ao turismo, também o fazem, e mais, existem dificuldades em arranjar pessoas para trabalhar em algumas áreas.

Sobre a construção civil, destacou o Senhor Presidente para que possa vir mais esclarecida a Senhora Deputada para um debate na Assembleia Municipal, se sabe em que lugar está Caminha em construção civil, nos contratos de compra e venda por Município, isto em números absolutos, Caminha, que não é o maior Município do Alto Minho nem o que tem mais habitantes, está em terceiro lugar no número de euros movimentados com a venda de imóveis no distrito de Viana. Somos também os terceiros na venda de prédios urbanos e em propriedade horizontal, ou seja, apartamentos, somos o segundo município onde mais apartamentos se venderam em 2016. Isto não é crescimento? É.

Mas, refere ainda o Senhor Presidente fora do calor do debate, que o facto de existirem mais de 400 pessoas desempregadas, não nos deve deixar baixar as armas, deve-se continuar a trabalhar e encontrar alternativas, onde elas não existem, porque se há ramos de trabalho aonde falta pessoal, também existem pessoas que querem trabalhar e não encontra essa solução, porém, não é só em Caminha, também é nos outros Municípios, mas, tem que se encontrar essa solução, e não se deve diabolizar o facto de existirem pessoas a trabalhar em Viana, Cerveira ou outro, esse é um sinal que não se vive fechado, o importante é que essas pessoas vivem cá, tem os seus filhos cá, pagam cá o seu IMI, gerem cá cultura e desporto, referindo como exemplo o Senhor Presidente que os seus pais sempre trabalharam em Viana, e isso não retira a capacidade de se fixar pessoas no Concelho.

Refere ainda o Senhor Presidente que em Caminha existe uma oposição que desvaloriza o trabalho que é feito pelas empresas, particulares e autarquias, a propósito da captação de emprego na área do turismo, e ao não relacionar este



Assembleia Municipal de Caminha

decréscimo do numero de desempregados com a questão do turismo, é esquecer aquele que é o trabalho essencial, porque, quando o executivo fala de em 4 anos se ter aumento 65% o número de hospedes, 57% as dormidas e 106% os proveitos, sem que com este resultado tenha aparecido um “enxame” de hotéis novos, isto quer dizer a procura de espaços para hoje se implementem novas áreas de turismo e hotelaria, ou seja, isto quer dizer que o executivo está a fazer bem o seu trabalho, e não se vai abdicar desse caminho. E este foi o caminho que escolheram quando o PPD arrasou com a economia portuguesa, quando mandou os nossos jovens emigrar, quando existiam crescimentos negativos, quando castigavam as pessoas com salários miseráveis, e fazendo-as pagar como se fosse um karma por causa dos problemas assumidos, e decidiram mudar a bitola apostando no turismo que esta era a área que se sabia que desenvolvia mais rápido, os resultados estão à vista, e vão continuar a fazer o trabalho, ao trazer mais empresas e projetos e continuando a ter as contas saudáveis que é disto que o orçamento trata e é disso que se tem que tratar para o futuro, resolvendo paulatinamente o problema estrutural que a Câmara Municipal tem de recursos financeiros, para sustentar a sua atividade e o seu investimento, porque uma Câmara não se pode limitar a desenvolver a sua atividade, tem que procurar novos rumos, novos investimentos, e nova capacidade para dar respostas à população.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'A' and 'P' and a signature that appears to be 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra porque:

Este Orçamento de 2018 está incorretamente elaborado, com resultados divergentes entre os valores da receita e da despesa.

Votamos contra porque:

Este Orçamento nada apresenta para desenvolver o Turismo, o Comércio ou a criação de emprego nas zonas industriais do nosso Concelho.

Votamos contra porque:

Este Orçamento serve-se da demagogia política quando afirma “apoiar a fixação de residência com políticas fiscais amigas das famílias” e depois recusa implementar a nossa sugestão de criar o IMI-Familiar.

Votamos contra porque:

Este Orçamento está repleto de diversas omissões perigosas sobre a realidade financeira do município, com erros e divergências nos mapas de apoio.

Votamos contra porque:

Este Orçamento apresenta à partida um prejuízo de 1,5 Milhões de Euros só pela má orçamentação dos valores devidos da água.

Votamos contra porque:

Este Orçamento é Irrealista e não Exequível sem qualquer estratégia de desenvolvimento económica para o nosso Concelho.”

b) Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de janeiro de dois mil e dezoito, relativa à “**Delegação de Competência para Autorizar a Assunção**



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

Assembleia Municipal de Caminha

de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, e nos termos do n.º 3, do art.º 6.º da citada Lei; “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara.”

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove:

- Delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99.759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;
- Que a presente deliberação produza efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2018 e até 31 de dezembro de 2018.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Atividade Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros, em nome de Joaquim Jorge Castanheiros Pinto

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de janeiro de dois mil e dezoito, relativa ao **“Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Atividade Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros, em nome de Joaquim Jorge Castanheiros Pinto”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea r), do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o **“Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Atividade Pecuária na Freguesia de Vilar de Mouros, em nome de Joaquim Jorge Castanheiros Pinto”**.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 0 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 0 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H00M, do dia 26 de janeiro de



Assembleia Municipal de Caminha

2018, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

A blue ink signature of João Alberto Silva, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

A blue ink signature of Sónia Lajoso, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

(Sónia Lajoso)

O Presidente

A blue ink signature of Luís Augusto Pestana Mourão, written in a cursive style, positioned above a horizontal line.

(Luís Augusto Pestana Mourão)